

-----**ATA N.º 2/2024**-----

-----Aos trinta dias, do mês de abril, do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas dezoito horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu Ordinariamente a Assembleia Municipal, sob a presidência da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Maria Antónia Melo e Sá Lucas da Silva Rodrigues.-----

-----Verificada a existência de quórum para funcionamento da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente da Mesa, secretariada pelos Senhores Deputados Luís Alberto Pereira Nunes Lourenço Marques e Joaquim Lopes de Abreu, na qualidade de primeiro e segundo secretários, respetivamente, declarou aberta a sessão. -----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, a Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** agradeceu ao público presente e aos que assistiam à transmissão *online* desta sessão. -----

-----De seguida, transmitiu a mensagem que a seguir se transcreve na íntegra:-----

-----“Comemorações dos 50 Anos do 25 de abril.-----

-----Hoje estamos aqui porque precisamente uma das conquistas de abril são os Órgãos Autárquicos tal como os conhecemos hoje, assembleias e órgãos eleitos democraticamente e escrutinados por todos nós. -----

-----A Revolução de Abril acabou com a nomeação direta de comissões administrativas, escolhidas pelos já extintos Governadores Cívicos. -----

-----Esta realidade devolveu-nos a liberdade de poder escolher, mas também nos trouxe a responsabilidade e a obrigação de promover um Portugal melhor, mais inclusivo e onde todos contam! Devemos todos lutar por um País mais justo e com menos assimetrias sociais e geográficas! -----

-----E também saber respeitar a vontade expressa nas urnas, com o respeito e elevação nas nossas ações e discursos, em defesa da nossa

democracia, que não sendo perfeita, permite-nos a liberdade de expressão, o direito ao contraditório e à livre escolha! -----

-----Senti e sinto que vivemos abril no passado dia 25! Portugal uniu-se e Celorico Também! -----

-----Viva o 25 de Abril! -----

-----Que o 25 de abril se continue a cumprir todos os anos e que seja sempre um momento de comemoração de todos.” -----

-----Por fim, deu conhecimento que a Senhora Deputada Mariana Flor Neves dos Santos informou, via correio eletrónico, com registo de entrada número vinte e três, datado de vinte e dois de abril de dois mil e vinte e quatro, que iria estar ausente no período compreendido entre os dias 22 de abril e 06 de maio, tendo solicitado a sua substituição. Nos termos da Lei foi convocado o membro seguinte da lista do PSD, a Senhora Deputada Ana Rita Cardoso dos Santos.-----

-----**Efetuada a chamada compareceram a esta sessão os seguintes membros:** -----

-----José Miguel Neves Figueiredo; -----

-----Joaquim Lopes de Abreu; -----

-----Alexandra Isabel Henriques Sena; -----

-----Carlos Miguel da Costa Cunha; -----

-----Francisco José Pereira Marques Cabral; -----

-----Luís Alberto Pereira Nunes Lourenço Marques; -----

-----Flávio Manuel Granjal de Sá; -----

-----Cláudia Maria Geraldês Aguiar; -----

-----Isabel Maria Moura Seixo Cunha; -----

-----Ana Rita Cardoso dos Santos, em substituição da Senhora Deputada Mariana Flor Neves dos Santos; -----

-----Tiago Alexandre Dias dos Santos Silva; -----

-----José Jorge Silva; -----

-----Vera Patrícia Caçador de Almeida Rebelo; -----

-----António Santos; -----
-----Ricardo Jorge Almeida Coelho; -----
-----Ana Cristina Dias Pires; -----
-----Armando Augusto, Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal; -----
-----João Filipe Ventura de Almeida Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia da Carrapichana; -----
-----Manuel Martins da Cruz, Presidente da Junta de Freguesia de Casas do Soeiro; -----
-----Bruno Alexandre Castro de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia do Fornotelheiro; -----
-----Rui Filipe da Fonseca Ascensão, Presidente da Junta de Freguesia de Lageosa do Mondego; -----
-----Paulo dos Santos Cunha, Presidente da Junta de Freguesia de Linhares da Beira; -----
-----André Diogo de Jesus Correia, Presidente da Junta de Freguesia de Maçal do Chão; -----
-----Francisco Duarte Amaro Coito, Presidente da Junta de Freguesia de Minhocal; -----
-----João Carlos Ferreira dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Prados; -----
-----Susana Maria Dias Cabral Figueiredo, Presidente da Junta de Freguesia da Ratoeira; -----
-----Filipe Miguel Rosa Guerra, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Azares; -----
-----Rui Manuel Dias Bernardo, Presidente da União de Freguesias de Açores e Velosa; -----
-----António Carlos Nunes Gomes, Presidente da União de Freguesias de Cortiço da Serra, Vide entre Vinhas e Salgueirais; -----
-----António da Fonseca Ascensão, Presidente da União de Freguesias de Rapa e Cadafaz; -----

-----Fernando Fonseca Veiga, Presidente da União de Freguesias de Celorico da Beira (São Pedro e Santa Maria) e Vila Boa do Mondego. -----

-----**Faltou a esta sessão o seguinte membro:**-----

-----António Joaquim Fernandes Gomes, Presidente da Junta de Freguesia da Mesquitela. -----

-----**FALTAS JUSTIFICADAS – SESSÃO ORDINÁRIA DE VINTE E NOVE DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO**-----

-----Após apreciar o pedido e tendo o mesmo sido apresentado no prazo estabelecido, a Mesa da Assembleia Municipal considerou justificada a falta dos Senhores: -----

-----Fernando Fonseca Veiga, Presidente da União de Freguesias de Celorico da Beira (São Pedro e Santa Maria) e Vila Boa do Mondego. -----

-----António Joaquim Fernandes Gomes, Presidente da Junta de Freguesia da Mesquitela. -----

-----Estiveram presentes nesta sessão, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Carlos Manuel da Fonseca Ascensão e os Senhores Vereadores José Albano Pereira Marques, Teresa Ferrão Cardoso, José Alfredo de Almeida Silva e Maria Teresa Carvalho Campos Meireles da Cunha. -----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----Nos termos do n.º 1, do art.º 21.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Celorico da Beira, procedeu-se à abertura de um período de tempo para “Intervenção do Público”, não tendo havido inscrições. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----De acordo com o disposto no art.º 22.º, do Regimento da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente procedeu à abertura de um período de

antes da ordem do dia, destinado ao tratamento de assuntos gerais de interesse para o Município.-----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** deu conhecimento dos assuntos tratados na reunião da Comissão Permanente realizada no Baraçal, sendo que a próxima reunião fica agendada para a Carrapichana, seguindo a ordem alfabética. -----

-----De seguida, congratulou-se pela forma como foram recebidos pela Junta de Freguesia e por alguns elementos da população. -----

-----Por fim, disse que foi explicitado que os pontos 7 e 9 da Ordem de Trabalhos, embora tenham o mesmo título, são diferentes. Um é relativo ao regulamento e o outro ao mapa de pessoal para a organização dos serviços da APAL. Comunicou, também, que ficou decidido, fazer-se a discussão conjunta dos mesmos e a aprovação separadamente. -----

-----A Senhora **Deputada Alexandra Sena** apresentou um voto de pesar em nome da Bancada do PS, que a seguir se transcreve na íntegra: -----

-----“Voto de Pesar pelo falecimento de José Albano Veiga Marques -----

-----A Bancada do Partido Socialista reunida em Assembleia Municipal de Celorico da Beira, expressa o seu sentido pesar pelo falecimento do dirigente local e amigo, José Albano Veiga Marques.-----

-----Antigo dirigente local e distrital do Partido Socialista de Celorico da Beira e da Guarda. José Albano foi um militante socialista empenhado e dedicado, solidário com todos os seus camaradas e foi um homem e cidadão de causas. -----

-----Foi autarca durante anos no nosso concelho, enquanto membro do Executivo da Junta de Freguesia de Casas do Soeiro, e membro nesta Assembleia Municipal, onde sempre se pautou pela defesa intransigente dos interesses dos Celoricenses, engrandecendo a classe autárquica, pela sua Seriedade, Lealdade e Honestidade. -----

-----Um defensor da Democracia, quer antes, quer no pós 25 de abril, mantendo-se fiel aos seus ideais e com uma postura de elevada justiça e humanismo, quer com os seus, mas também com os que pensavam de modo diferente, ao longo da sua vida. -----

-----Neste momento de dor, apresentamos a toda a família e em particular à esposa, Maria Antónia, filhos, José Albano e Olga Marques, netos Francisco, Filipe, Guilherme e Martim, nora e genro, respetivamente, Samaína e José Luís, os nossos sentidos pêsames, agradecendo que após aprovado este voto, seja dado conhecimento à sua viúva. -----

-----Até Sempre Amigo José Albano-----

-----Celorico da Beira, 30 de abril de 2024-----

-----A Bancada do PS na Assembleia Municipal de Celorico da Beira” -----

-----O Senhor **Deputado Francisco Cabral** apresentou um voto de pesar em nome da Bancada do PS, que a seguir se transcreve na íntegra: -----

-----“Voto de Pesar -----

-----A Bancada do Partido Socialista reunida em Assembleia Municipal de Celorico da Beira, expressa o seu sentido pesar pelo falecimento do dirigente local e amigo, Bruno António Morais Gomes. -----

-----A vida nem sempre é justa, muito menos quando nos retira jovens na flor da idade que representam o nosso futuro. -----

-----Vimos partir de forma precoce o Bruno, membro da Juventude Socialista de Celorico da Beira e bancada do PS nesta Assembleia Municipal, mas acima de tudo um amigo, um filho, um irmão cuja boa disposição nos contagiava a todos, mesmo quando enfrentou a maior luta da sua vida. Não venceu esta luta, mas demonstrou-nos a todos que foi um Guerreiro até ao último minuto. -----

-----Celorico ficou mais pobre com a sua partida, mas recordaremos para sempre a sua vontade, determinação e tenacidade em tudo a que se propunha, e a sua alegria, simpatia e felicidade com que preenchia a vida de quem o rodeava. -----

-----Neste momento tão doloroso, oferecemos a toda a família, em particular à mãe Olga Gomes, ao pai António Gomes, e às irmãs Ana e Sofia as nossas mais sinceras condolências. -----

-----Apresentamos este voto de pesar e após aprovado, agradecemos que fosse dado conhecimento aos pais. -----

-----Até sempre amigo, -----

-----Celorico da Beira, 30 de abril de 2024 -----

-----Bancada do PS na Assembleia Municipal de Celorico da Beira”. -----

-----O Senhor **Deputado José Miguel Figueiredo** questionou sobre um assunto apresentado na última sessão da Assembleia Municipal, que lhe suscitou algumas dúvidas e que está relacionado com a proposta de aceitação de um prédio rústico no Vale da Ribeira. Daquilo que lhe foi dado perceber essa proposta foi submetida à votação e aprovação da Assembleia Municipal, no entanto a escritura pública havia sido celebrada na manhã desse mesmo dia. Nesse sentido questionou se o Senhor Presidente da Câmara confirma se de facto a escritura pública precedeu ao ato de aprovação da doação na Assembleia Municipal, porque se assim for o ato da escritura pública está ferida de alguma ilegalidade, pois precedeu à autorização que seria exigível da parte da Assembleia Municipal ou então não era necessária essa aprovação e, nesse caso, questionou porque é que o assunto foi submetido à votação. Disse, ainda, que não está em causa a generosidade do ato que o Senhor Presidente oportunamente enalteceu e o qual subscreve, dado que é um ato de altruísmo em benefício dos cidadãos e dos interesses públicos. No entanto, a função da Assembleia Municipal é de fiscalizar a regularidade dos atos. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que essa questão foi colocada à Jurista do Município, que comunicou não existir obrigatoriedade de aprovação em Assembleia Municipal, mas que por uma questão de visibilidade e de reconhecimento público seria uma forma de

reforçar o reconhecimento desses beneméritos do Vale da Ribeira. Por fim, disse que se eventualmente o Senhor Deputado pretender alguma resposta mais técnica, poderá posteriormente fazer-lha chegar.-----

-----O Senhor **Deputado José Miguel Figueiredo** agradeceu o esclarecimento do ponto de vista do tratamento jurídico que foi dado ao tema. Solicitou que em casos futuros, sendo desnecessária a aprovação, que a informação vá à Assembleia Municipal para conhecimento.-----

-----O Senhor **Presidente da Junta de Freguesia do Barçal**, Armando Augusto, pretendeu ser esclarecido sobre as regras das fogueiras de Natal, ainda que o assunto já esteja fora de tempo. Disse que o Edital da Câmara Municipal proibia a realização das fogueiras nas ruas, praças e mais lugares públicos das povoações, bem como, a menos de 30m de quaisquer construções e a menos de 300m de bosques. No entanto, a Câmara emitiu licenças e as fogueiras foram realizadas a 4 ou 5m das construções. Nesse sentido, pretendeu saber de quem é a responsabilidade caso ocorra algum problema.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** disse que essa questão tem sido um ponto de análise e até de alguma controvérsia. Houve anos em que existiu alguma fiscalização por parte da GNR, mas ultimamente esse processo tem sido efetuado em colaboração com as Juntas de Freguesia, a Câmara Municipal e as Autoridades. Pois se o teor da Lei for levado à risca, na maioria dos casos, há proibição do fogo de Natal, no entanto, foi dada alguma flexibilidade para que possam ser realizados, desde que haja bom senso, algumas respostas para situações de risco que possam ocorrer e um ponto de água próximo no caso de ser necessária uma intervenção imediata. Portanto, a Câmara pode licenciar as fogueiras de acordo com a Lei, desde que as condições de segurança sejam asseguradas.-----

-----De seguida, o Senhor **Deputado Francisco Cabral** apresentou a Moção que a seguir se reproduz integralmente:-----

-----“Moção de Recomendação pela Promoção da Saúde Mental-----

-----Considerando que: -----

-----I. A promoção da Saúde Mental tem adquirido uma nova relevância, na discussão pública em Portugal, especialmente após a pandemia de Covid-19. Este contexto exacerbou muitos dos problemas preexistentes, além de originar novos desafios; -----

-----II. De acordo com os dados apresentados no relatório “Portugal: The Nation’s Health 1990-2016”, Portugal é um dos países da Europa com maior incidência de problemas de saúde mental. Assim como, um dos maiores consumidores de psicofármacos, nomeadamente, antidepressivos e ansiolíticos; -----

-----II. Segundo a Ordem dos Psicólogos, cerca de metade dos portugueses sentiu impactos psicológicos moderados ou graves, durante a Pandemia, e mais de 70%, dos que estiveram em situação de isolamento, relataram sofrimento psicológico; -----

-----IV. A crise económica, a guerra na Ucrânia, a escalada dos conflitos no Médio Oriente e as alterações climáticas representam fatores de risco significativos, para o agravamento da saúde mental dos jovens. Desde logo, estando na base de transtornos de ansiedade; -----

-----V. Apesar dos esforços para reforçar a resposta ao nível da Saúde Mental, no Serviço Nacional de Saúde, as consultas de promoção ou intervenção apresentam, ainda, tempos de espera elevados. Revelando-se de difícil acesso, especialmente nos cuidados de saúde primários; -----

-----VI. Embora o setor privado apresente uma oferta diversificada, com tempos de resposta mais efetivos, acarreta custos avultados; -----

-----VII. É essencial desmistificar o estigma associado à doença mental, assim como o papel fundamental dos profissionais da área, o que pode ser alcançado através da informação e da sua aproximação à população. -----

-----Assim, propomos à Assembleia Municipal que aprove a presente Moção de Recomendação de:-----

-----1. Criação de Gabinetes Locais de Psicologia, ou de Unidades Móveis de Apoio à Saúde Mental, que permitam:-----

-----Acesso a serviços de saúde mental, trazendo a Celorico da Beira profissionais especializados na área;-----

-----Realizar campanhas de combate ao estigma e conscientização, sobre a importância da saúde mental, que incentivem à procura de ajuda;-----

-----Delinear, juntamente com os cuidados de saúde primários locais, programas de prevenção e apoio às famílias, que permitam identificar e intervir precocemente em situações de risco;-----

-----Estabelecer parcerias com instituições locais, como empresas e organizações, de modo a ampliar o alcance das ações de promoção da saúde mental;-----

-----Promover a inclusão social, através da criação de espaços de convivência e lazer, programas de capacitação profissional e apoio a grupos vulneráveis, como pessoas em situação de isolamento.-----

-----Celorico da Beira, 30 de abril de 2024-----

-----Os Deputados da Bancada Municipal do Partido Socialista.”-----

-----No uso da palavra, o Senhor **Deputado Luís Marques** disse que a sua intervenção prende-se com o 25 de abril recentemente comemorado. Felicitou todos os que contribuíram para a organização do evento, que foi simples, mas muito eficiente. Congratulou, também, todos aqueles que fazem parte dos diferentes grupos partidários e que se associaram a esta data, porque o 25 de abril é de todos os portugueses. É uma data que se comemora há cinquenta anos, ou seja, já passaram duas gerações desde o 25 de abril, e é bom que seja alimentado todos os dias por cada um, em todas as suas atividades, para evitar o marasmo e a indiferença. Quem nasceu na década de noventa julgará que provavelmente sempre foi assim, mas houve um mundo antes e um mundo depois. Sendo certo, que no

antes também houve coisas boas e nem tudo o que foi feito depois foi bem feito, mas é bom que se continue a revitalizar junto dos jovens. O 25 de abril precisa continuar a ser comemorado, porque não pode ser apenas uma data, um feriado. Concluiu que a democracia mais imperfeita é melhor que a ditadura mais benevolente. Portanto, abril tem de ser construído diariamente e não só uma vez por ano.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**1. APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 29/02/2024**-----

-----Foi presente a ata número um, referente à sessão ordinária do dia vinte e nove, do mês de fevereiro, do ano de dois mil e vinte e quatro, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para retificação e posterior aprovação. -----

-----**Dispensada a sua leitura e não havendo alterações a efetuar, foi a mesma aprovada, por maioria, com quatro abstenções, por não terem estado presentes na mencionada sessão.** -----

-----**2. RESUMO DO EXPEDIENTE PARA CONHECIMENTO DA ASSEMBLEIA**-----

-----O Senhor **Deputado Joaquim Lopes de Abreu**, segundo secretário da mesa da Assembleia, deu conhecimento do expediente da Assembleia Municipal, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (1), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão, que se encontra na Secção de Apoio aos Órgãos Municipais, para quem pretenda consultar. -----

-----**3. INFORMAÇÃO ESCRITA DO EX.MO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL, BEM COMO, A SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO**-----

-----Nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/9, o Senhor Presidente da Câmara deu conhecimento por escrito da atividade do Executivo, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (2), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão. -----

-----**4. PRESTAÇÃO DE CONTAS 2023**-----

-----Sobre o assunto em título, foi colocada à apreciação e aprovação deste Órgão a Prestação de Contas do ano de 2023, aprovada por maioria, em reunião do Executivo, realizada no dia 18/04/2024, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (3), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão. -----

-----Esteve presente nesta Sessão, o Técnico responsável pela Secção de Contabilidade, Dr. José Tavares, para prestar os esclarecimentos necessários. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** fez uma breve explanação sobre o assunto, começando por dizer que as contas da Câmara estão estáveis, apesar de todas as vicissitudes que encontraram pelo caminho, como a pandemia, as guerras da Ucrânia e do Médio Oriente. Estes foram acontecimentos determinantes na evolução da economia, das finanças, da vida das pessoas nos diversos países, à escala global e em particular na Europa. Tudo isso acarretou um aumento de juros e apesar de ter sido feita uma revisão dos custos que a Autarquia tinha, no ano 2023 pagaram mais do dobro do que no ano anterior por causa dessa subida. Estes acontecimentos também interferiram com a questão

energética, uma vez que a eletricidade, o petróleo e os combustíveis aumentaram significativamente. A subida de custos relativamente a todas as matérias-primas e bens de consumo da responsabilidade da Autarquia contribuiu para que uma estrutura como esta fosse claramente afetada. Além disso houve a abertura de algumas valências, como o Centro de Recolha Oficial Intermunicipal e Bem Estar Animal São Francisco e as Piscinas Municipais, o que trouxe custos acrescidos a nível energético e de recursos humanos, bem como, outras obras realizadas pela Câmara. Apesar das circunstâncias já referidas, o saldo do ano de 2023 foi positivo, em cerca de cem mil euros, contudo, a normalidade de desempenho do Município foi consideravelmente afetada, dado que em 2023 não houve os resultados positivos de outros anos. A prudência em não realizar determinadas despesas e não reduzir os impostos municipais contribuiu para os resultados alcançados, mantendo assim o equilíbrio financeiro. De seguida, agradeceu todo o trabalho desempenhado por todos os funcionários da Autarquia e todo o trabalho técnico realizado pelo responsável da contabilidade e todos os seus intervenientes. Agradeceu, igualmente, a todos os munícipes pela compreensão, pelo esforço, pelo contributo para que a saúde das contas da Câmara continue a ser recomendada e recomendável. Relativamente à dívida, disse que desde 2021 que a Câmara saiu da situação de saneamento financeiro, e tem vindo a diminuir significativamente. No momento reduziu, aproximadamente, de vinte milhões de euros, para cerca de nove milhões de euros. Esta redução fica muito abaixo do limite estabelecido por Lei e, se necessário, permite obter financiamentos junto das entidades bancárias, o que ainda não aconteceu.-----

-----De seguida, passou a palavra ao Técnico para uma explicação mais técnica e detalhada sobre o assunto.-----

-----O Técnico referiu que o Senhor Presidente da Câmara já fez um resumo do essencial, pelo menos das questões que mais influenciaram as

contas de gerência de 2023. De facto houve fatores externos que muito contribuíram para o desempenho financeiro do Município, nomeadamente questões relacionadas com os juros e a inflação que implicam não só despesa direta, mas também alguns custos indiretos. Como, também, já foi referido, em 2023, entraram em funcionamento novas valências do Município que tiveram e terão grande impacto nas contas de gerência. -----

-----Em relação à Prestação de Contas, referiu que a mesma é composta por vários documentos, nomeadamente o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras, as Demonstrações Orçamentais e um conjunto de outros documentos, que também fazem parte integrante desta prestação de contas. Sobre as Demonstrações Financeiras, disse que são compostas pelos documentos do Balanço, da Demonstração de Resultados, dos Fluxos de Caixa, das alterações ao Património e do anexo às Demonstrações Financeiras. Na análise ao Balanço, nomeadamente as rubricas do ativo face ao ano anterior, disse que se verificou um grande aumento dos ativos fixos tangíveis, em cerca de um milhão de euros face ao ano anterior, que está relacionado com a execução das obras, tais como o Parque Industrial da A25, a Escola da Lajeosa, entre outras. Sobre o património líquido da Autarquia, referiu que o mesmo apresenta um aumento derivado da incorporação dos resultados dos anos anteriores. No que respeita ao passivo há uma redução que resulta essencialmente da redução do endividamento através da amortização dos empréstimos do Município. Relativamente à dívida total há um montante de cerca de nove milhões de euros, valor que é provisório visto que ainda faltam algumas entidades que integram o grupo municipal apresentarem as contas. À presente data o Município tem uma margem para se endividar em cerca de um milhão e seiscentos e cinquenta e nove mil euros, conforme definido no orçamento de estado e poderá utilizar este valor para contratualizar empréstimos, caso seja necessário. De seguida, esclareceu que é na demonstração de resultados que se vê o impacto da atividade ao longo do ano, pois representa a entrada e saída de dinheiro. Em comparação com o

ano anterior, houve um aumento nas receitas, mas o aumento dos custos foi muito superior. Verificou-se um aumento das receitas relacionadas com as prestações de serviços, água e impostos, nomeadamente o IMI. Houve, também, um aumento das transferências correntes que se deve, essencialmente, às verbas transferidas para o Município, no âmbito das transferências de competências, em que houve cerca de cento e cinquenta e três mil euros de aumento de custos face ao ano anterior. O fornecimento de bens e serviços tiveram um aumento significativo, quando comparados com o ano anterior, essencialmente, devido a aumentos das despesas com transferência de competências relacionadas com o fornecimento de refeições, materiais de escritório e eletricidade, cujo aumento foi cerca de setenta e quatro mil euros. Aconteceu, igualmente, um aumento de cerca de 16% nos custos com o tratamento de resíduos urbanos, aumentos no custo da eletricidade por força da subida dos preços de mercado e com a entrada em funcionamento das novas valências, designadamente as Piscinas Municipais, que também contribuiu para o aumento nas despesas com outros combustíveis, como o gás e biomassa para aquecimento, totalizado em cerca de trezentos e vinte e sete mil euros. Prosseguiu, esclarecendo que uma outra grande componente é relativa aos gastos com pessoal, que teve um aumento em cerca de novecentos e setenta mil euros, face ao ano anterior e que está relacionada, essencialmente, com as atualizações salariais e novas contratações de pessoal. Além disso, houve igualmente, impacto nas despesas com o pessoal devido às transferências de competências da Educação e da Ação Social em cerca de seiscentos e quarenta mil euros. Também, ocorreram gastos, com imparidades num aumento de cerca de cento e vinte e três mil euros devido ao aumento de clientes judiciais de cobrança duvidosa, associados ao fornecimento de água, saneamento e recolha de resíduos. Tiveram ainda, um aumento dos gastos com amortizações tendo em consideração o aumento dos ativos fixos tangíveis em 2023. Em relação aos juros suportados, o aumento de 150% deve-se ao aumento das taxas de

referência Euribor, que tiveram impacto nos juros associados aos empréstimos bancários. Todas estas situações contribuíram para o resultado líquido de oitenta e cinco mil, seiscentos e treze euros e sessenta e três cêntimos, uma redução em cerca de um milhão de euros face a 2022. Grande parte da receita do Município vem das transferências do estado e dos subsídios, os gastos são basicamente absorvidos pelos gastos com pessoal e com os fornecimentos e serviços externos. Mais disse que, em termos de fluxos de caixa, que representa entradas e saídas de dinheiro ao longo do ano, o saldo foi ligeiramente inferior em relação aos anos anteriores, mesmo assim apresentou um saldo orçamental de cerca de dois milhões de euros, saldo esse que foi integrado no orçamento deste ano através de uma aprovação prévia do mapa de Demonstração do Desempenho Orçamental. Analisando os indicadores financeiros, verifica-se uma melhoria em quase todos os indicadores, à exceção do rácio associado aos gastos financeiros e de rentabilidade, dado estarem dependentes dos gastos com juros e dos resultados que foram mais baixos em 2023. Em termos de prazo médio de pagamentos, o valor para 2023 é o apresentado provisoriamente pela DGAL, e os dos anos anteriores resultam de cálculos efetuados internamente, pelo que os valores apresentados poderão eventualmente divergir dos dados oficiais. Relativamente às demonstrações orçamentais, são compostas essencialmente, pelos mapas de desempenho orçamental, pelos mapas de execução orçamental, pelas dívidas por antiguidade de saldo, pelos mapas de alterações orçamentais e pelos mapas da contratação administrativa. Para 2023 o orçamento ficou nos dezasseis milhões, duzentos e cinquenta e dois mil, trezentos e trinta e cinco euros. O inicial era de treze milhões, oitocentos e onze mil euros, sendo que o aumento do valor deve-se, principalmente, à integração do saldo de gerência de 2022 no valor de dois milhões, quatrocentos e sessenta e dois mil, setecentos e noventa e quatro euros e quarenta e seis cêntimos, bem como através da inclusão e ajustes efetuados a projetos do orçamento, através das revisões orçamentais. -----

-----Sobre as receitas e despesas orçamentais, de uma forma muito sucinta disse que se verificam algumas variações face ao ano anterior. Nas receitas houve um aumento global em cerca de duzentos e quarenta mil euros, mas também houve um aumento das despesas em cerca de um milhão, duzentos e trinta mil euros. Apesar da diminuição em cerca de meio milhão de euros nas despesas de capital, houve um aumento, em cerca de um milhão, setecentos e quarenta mil euros, nas despesas correntes, que teve origem essencialmente nas despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços e juros bancários. Estes aumentos foram causados em grande parte pelos compromissos assumidos com a transferência de competências nas áreas da Educação e da Ação Social já referidas anteriormente, bem como com as despesas com pessoal. A nível de receitas e despesas de capital tiveram uma diminuição das receitas de capital, isto porque em 2023 receberam menos de transferências e subsídios em comparação com o ano anterior, assim como as despesas de capital, também, tiveram uma ligeira redução face ao ano anterior. Nas receitas verifica-se um aumento global em cerca de duzentos e quarenta mil euros, se tiverem em conta as reposições para além das receitas correntes e de capital, sustentado na sua maior parte pelo aumento de receitas correntes de impostos e taxas, bem como, por receitas correntes resultantes das transferências de competências. Apesar de ter havido um aumento global nas receitas provenientes do Estado, deve-se destacar a diminuição do FEF corrente e o aumento das transferências de capital nos termos do n.º 3 art.º 35 RFALEI. Esta situação contribui, também, para os baixos resultados já anteriormente referidos, quando comparados com a receita orçamental, visto que as receitas de capital não são contabilizadas nas contas de rendimentos. Por outro lado, houve uma redução global nas receitas de capital por força da diminuição das receitas provenientes das candidaturas face a 2022, apesar do aumento das transferências estatais. É de evidenciar, ainda, o aumento do saldo de gerência face ao ano

anterior, que deve ser considerado como uma receita adicional e que permitiu uma maior execução da despesa. -----

-----A nível de impostos e taxas há apenas uma grande variação no IMI, um aumento em cerca de cento e setenta mil euros, face ao ano anterior que acabou por se refletir no aumento global de impostos e taxas em cerca de cento e vinte e cinco mil euros. Em termos de execuções orçamentais, foram bastante positivas à semelhança dos anos anteriores. As receitas de capital acabaram por ter uma execução inferior devido à redução das transferências dos subsídios ao investimento, mas os restantes valores mantêm-se bastante semelhantes àquilo que tem sido as execuções orçamentais dos anos anteriores. A execução do Plano Plurianual de Investimentos sofre uma redução face aos anos anteriores. -----

-----Em termos de equilíbrio orçamental, verificou-se que o Município em 2023 cumpriu com a regra de equilíbrio orçamental previsto na Lei. A situação para 2024 já está normalizada, haverá mais receitas correntes que ajudarão a cumprir melhor este princípio de equilíbrio, no entanto, há que ter atenção relativamente às receitas, mas também às despesas, pois se o orçamento começa a desequilibrar, haverá risco de aumentar o endividamento. Em termos de indicadores orçamentais, nota-se ao nível da receita uma redução do peso das receitas correntes nas receitas totais, estando alguns dos indicadores dependentes das receitas de capital. Em termos de capacidade financeira os indicadores são na sua generalidade positivos, com aumento das receitas próprias e da capacidade de cobertura da despesa pelas receitas. Quanto às despesas com pessoal verifica-se um aumento face ao ano anterior em cerca de novecentos e cinquenta e três mil e trinta e nove euros, sendo que o mesmo se deve, essencialmente, às atualizações salariais, às transferências de competências assumidas e novos recrutamentos de pessoal. Comparando com 2022, as atualizações salariais e o subsídio de refeição tiveram um impacto de cerca de trezentos e cinquenta mil euros. Deve ter-se em consideração que em 2022 foram iniciados catorze procedimentos

concurtais para contratação de pessoal a termo certo, sendo que os mesmos apenas ficaram concluídos no final do ano, não criando grande impacto nas despesas com pessoal em 2022. Já no ano de 2023 foram concluídos vinte e oito novos processos de recrutamento, mas com algum impacto nas despesas com pessoal em 2023. -----

-----Para concluir, disse que os pontos importantes destas contas de gerência são os aumentos dos ativos da Autarquia, a contínua redução do endividamento, o decréscimo dos resultados devido ao aumento dos custos e continuar a ter elevadas execuções orçamentais. Apesar das contrariedades, conseguiram cumprir com o princípio orçamental. -----

-----No uso da palavra, o Senhor **Deputado José Miguel Figueiredo** começou por dizer que é no momento da prestação de contas que algumas verdades emergem, que alguns encantamentos se desenlaçam e que algumas ilusões se desvanecem. Recordou que ao longo do ano, no decurso das várias Sessões da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Deputados do PSD arregimentam forças e afinam vozes para enaltecer as contas do Município, vangloriar a gestão exímia do Executivo Municipal e manchar a gestão de todos os Executivos anteriores ao longo dos quais, nunca é demais recordar, o Senhor Presidente fez parte. A prestação de contas é o momento da verdade e a prestação de contas do ano de 2023 deixa alguns sinais de alerta e de verdadeira preocupação sobre o rumo e a trajetória que o Município se encontra a atravessar, não obstante do cenário idílico que o Senhor Presidente apresentou. De facto parece que há uma sombra a pairar sobre alguns dos resultados apresentados que o leva a questionar algumas das opções que o Executivo tem tomado, assim como, alguma inquietação quando se depara com determinadas informações e omissões em temas importantes e talvez não tão convenientes. De acordo com o relatório de gestão o Município cumpriu com a regra do equilíbrio orçamental por cerca de quinze mil euros, o que significa, pela perspetiva contrária, que o

Município esteve a quinze mil euros de não cumprir a regra do equilíbrio orçamental, o que é preocupante, não obstante a existência de um fundamento. Essa situação torna-se alarmante quando se percebe que no ano anterior esse valor era de novecentos mil euros. Portanto, este é um sinal vermelho quanto aos gastos do Município e, nesse sentido, gostaria de ouvir um posicionamento mais concreto do Senhor Presidente.-----

-----Quanto à demonstração de resultados em 2023 concluiu que o resultado líquido foi de oitenta e cinco mil euros, o que se traduz numa redução de cerca de um milhão de euros relativamente ao ano de 2022. Portanto, os resultados líquidos do Município em cerca de um ano diminuíram um milhão de euros. Verifica-se um aumento dos gastos com pessoal em novecentos e setenta e seis mil euros, ou seja, quase um milhão de euros a mais comparativamente ao ano anterior, o que se traduz em termos percentuais num aumento de 21,5%, face ao ano de 2022. Este aumento foi justificado, essencialmente, com a transferência de competências, valorizações salariais e novas contratações. Sobre o aumento de contratações, considera preocupante, não apenas, porque o aumento foi galopante, mas também, porque estão em causa encargos duradouros e permanentes do Município, que se vão repercutir daqui para a frente em todos os orçamentos da Autarquia. Consequentemente a Assembleia Municipal merece uma explicação, depois de tantas vezes terem ouvido o Senhor Presidente dizer que os Executivos Socialistas deixaram um quadro de pessoal superlotado. No entanto, aquilo a que se assiste no momento são mais e mais contratações. Acrescentou que, também, o preocupa o facto dessas novas contratações estarem a provocar um certo desconforto em determinados funcionários, que já têm longos anos de casa, e que veem novos funcionários entrar para o quadro de pessoal com um vencimento significativamente superior.-----

-----No que concerne aos gastos com imparidades, houve um aumento de cento e vinte e três mil euros devido ao aumento de clientes de cobrança duvidosa, associados ao fornecimento de água, saneamento e

recolha de resíduos urbanos. Em termos percentuais esse aumento foi de 346%. Neste campo, as dívidas por cobrar por parte do Município, já estão em quatrocentos mil euros. Portanto, o Município vangloria-se, e bem, de ser bom pagador, mas a gestão das contas mostra que para além de bom pagador é mau cobrador, o que preocupa, não apenas, porque estão em causa os dinheiros públicos, mas porque na prática significa que alguns munícipes pagam água e outros serviços e outros não pagam, situação que de facto gera alguma consternação. Referiu, ainda, mais um elemento que o preocupa, que é o facto de estarem em causa valores relativos ao fornecimento de serviços de água, saneamento e recolhe de resíduos, o que também põe em causa, como já foi salientado noutras sessões da Assembleia, o fornecimento de serviços públicos essenciais. A Lei dos serviços públicos essenciais determina que a cobrança de montantes relativos a estes serviços prescreve no prazo de seis meses, após a prestação do serviço, o que significa que com grande probabilidade este prazo já foi ultrapassado e muitos desses montantes já não serão passíveis de cobrança. Assim sendo, o Município terá perdas efetivas de quase quatrocentos mil euros, resultantes de uma má cobrança, logo uma má gestão desses montantes.-----

-----Mais disse que o relatório de gestão refere, e passou a citar, "...que se verificou uma redução do montante de provisões para riscos provenientes de processos judiciais, podendo esses montantes ser conferidos no anexo às demonstrações financeiras." Nesse sentido, disse que se verifica que a nota 15 do anexo é omissa quanto às provisões que foram desreconhecidas no exercício e que ascendem a mais de duzentos mil euros. Assim solicitou que fosse esclarecido relativamente a esta redução, qual o fundamento da mesma e também quais são os processos que estão orçamentados na parte das provisões para riscos provenientes de processos judiciais. Prosseguiu dizendo que o Senhor Presidente encontra sempre um fundamento para os deslizes salientados, tais como a pandemia, o conflito armado na Ucrânia, a crise inflacionista, a subida das

taxas de juros e a transferência de competências para os municípios. Contudo, estes fenómenos têm sido compensados por transferências do Governo Central para os municípios, designadamente na pandemia foram transferidas verbas para compensar o acréscimo de custos, assim como acontece com os custos correntes das transferências de competências para os municípios. Por fim, disse que em 2024 não podem continuar a justificar os gastos e as despesas do Município com base nestes fundamentos. O entendimento do PS é que alguns resultados apresentados não são mais do que resultado de alguns gastos desregulados e, essencialmente, de uma política de contratações desenfreada, que o Senhor Presidente tanto imputou e acusou os executivos socialistas de praticar, mas que no caso do PSD tantos votos passados tem premiado e tantos votos futuros há-de conquistar. -----

-----De seguida, o Senhor **Deputado Carlos Cunha** manifestou-se surpreendido com a intervenção do Senhor Deputado, pois os indicadores que a bancada do PSD reúne desta prestação de contas é que o equilíbrio está equilibrado e o resultado positivo é positivo, mas inferior. Porém esquecem os resultados anteriores, quando eram negativos e não havia equilíbrio.-----

-----Relativamente ao quadro de pessoal disse que as contratações também servem para colmatar todos os investimentos e a abertura das novas valências do Município, tal como as Piscinas Municipais, o Ginásio Municipal, o Canil, Casas do Castelo entre outras.-----

-----Prosseguiu agradecendo, em nome da bancada do PSD, ao Dr. José Tavares e a todos os envolvidos na elaboração da prestação de contas, que reflete a total veracidade da posição financeira do Município, apesar da inflação registada, do aumento de juros e de outras tantas dificuldades, devido ao conflito no leste da Europa, que ainda perdura e que é sentido por todos. Constata-se que para os Celoricenses existem cada vez mais

motivos para confiar e acreditar na gestão que está a ser feita dos dinheiros públicos. -----

-----Na análise dos indicadores económico-financeiros, constata-se que o atual Executivo conseguiu aumentar a sua autonomia financeira e a sua liquidez. Foi possível reduzir o endividamento em setecentos e quarenta e um mil, setecentos e cinquenta e seis euros e quarenta e cinco cêntimos, diminuir o passivo em mais de seiscentos mil euros, aumentar o património do Município e o seu ativo realizando investimentos cruciais para o Concelho e apresentar um resultado líquido positivo, como tem sido apanágio do Executivo ao longo dos seis anos de mandato. Tudo isso mostra investimento, trabalho na captação de novas oportunidades e também uma boa gestão dos dinheiros públicos. Por fim agradeceu toda a gestão, realizada sempre com rigor e seriedade. -----

-----Em resposta à intervenção do Senhor Deputado José Miguel, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** começou por se referir aos resultados, dizendo que houve um crescimento exponencial das taxas de juro devido à crise global que se vive no momento. Em 2023 foram saldados mais do dobro dos juros pagos em 2022. Associado a isso, todo o processo inflacionista trouxe um aumento significativo das despesas da Autarquia a nível dos combustíveis, da eletricidade e daí uma grande parte dos valores do ano anterior serem mais elevados. -----

-----No que concerne ao quadro de pessoal, disse que é evidente que a melhoria das condições salariais dos trabalhadores, na qual o Governo anterior desempenhou um papel positivo, resultou num montante significativo de novecentos mil euros a mais do que no ano anterior e mais de meio milhão foi precisamente com todas as atualizações salariais. Quanto à despesa com o acréscimo de pessoal foi de aproximadamente quatrocentos mil euros. Como já foi referido, existe um conjunto de valências e de transferências que exigem um aumento significativo de recursos humanos, nomeadamente nas áreas da Educação, da Ação

Social e de outras competências que a Autarquia assumiu e que implicam um aumento de risco para o futuro. A maior parte desse pessoal está associado a determinadas competências, como o CLDS, o Radar Social, outros programas que assumiram e que são financiados por verbas que vêm dos respetivos ministérios. Em alguns setores é cada vez mais difícil encontrar respostas em termos de recursos humanos, no entanto, é necessário que haja soluções para as necessidades de uma população maioritariamente envelhecida, com problemas sociais, financeiros e outros. Disse não estar a diabolizar o que outros Executivos fizeram, pois houve práticas boas e menos boas, da mesma forma que o presente Executivo também faz, mas acredita que em termos de perspetivas, linhas de orientação e de atuação estão a trabalhar melhor do que anteriores Autarcas. Portanto, a situação financeira é incomparavelmente melhor do que aquela que herdaram. Após a abertura do edifício das Piscinas Municipais, que permaneceu encerrado durante dezasseis anos, os celoricenses têm atualmente uma qualidade de vida muito melhor. É um serviço de qualidade prestado que obriga ao reforço de pessoal. Da mesma forma, o Canil Intermunicipal veio dar resposta a uma necessidade urgente a nível do bem estar animal, onde, igualmente, existe falta de recursos humanos e, conseqüentemente, acarretou aumento dos recursos financeiros, que procuram equilibrar dentro do que são as necessidades. Ainda há setores que precisam de respostas, sobretudo na limpeza urbana e obras, pelo que parece ser uma falácia dizer que há um aumento significativo e desnecessário do pessoal da Autarquia. Reconheceu que tudo isto traz, naturalmente, uma maior pressão em termos de custos, mas se não tiverem estas respostas existem muito mais lacunas, carências e dificuldades em dar respostas o mais rapidamente possível. Sendo que, neste momento, o maior problema nem é a questão financeira, é precisamente a resposta ao nível dos recursos humanos. -----

-----Relativamente à questão da situação financeira, disse que os ganhos não foram tão significativos como nos anos anteriores, pelas situações

explicadas, no entanto as contas foram sempre positivas. Apesar de todas as dificuldades conseguiram apresentar um bom equilíbrio das contas.-----

-----No que diz respeito ao sector das águas recordou que existem problemas que vêm de longe, relacionados com os consumos e com os recibos de pagamento. Referiu que o Município é responsável por pagar toda a água em alta e depois há a cobrança da água, as responsabilidades dos consumidores, onde há grandes desequilíbrios, que precisam de ser melhorados. A ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos exige, também, que as receitas aumentem para um patamar entre 80% a 90%, face aos custos. Nesse sentido, acabaram por ter de contabilizar o autoconsumo dos jardins, do campo de futebol, dos edifícios da Câmara Municipal e de algumas Associações, que contribuiu para um aumento de mais de 300%, caso contrário seriam penalizados com as obras que fizeram no âmbito do POSEUR - Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos e outros financiamentos que possam necessitar no futuro. Por isso é que, também, estão a aderir a um sistema de águas intermunicipal com a Guarda, Manteigas e Sabugal, porque só dessa forma poder-se-ão candidatar a fundos, uma vez que há necessidade de investir milhões de euros, nos próximos anos, no sistema de canalização que está obsoleto. -----

-----Comunicou, ainda, que durante a pandemia não puderam ser realizados determinados procedimentos e muitas cobranças não foram efetuadas nesse período. Para resolver a situação têm vindo a contactar quem está na posição de não pagador, para efetuar os devidos pagamentos. -----

-----De seguida, passou a palavra ao Técnico José Tavares. -----

-----O Técnico esclareceu que em relação às imparidades dos clientes de cobrança duvidosa não é sinónimo de um aumento dos clientes que estão com dívidas em atraso, simplesmente, foi um movimento contabilístico, porque no ano anterior contabilizaram, por força da

imposição da ERSAR, no cumprimento dos rácios os autoconsumos pela primeira vez e essa contabilização fez com que no ano transato o valor das imparidades por cobrança duvidosa reduzisse muito. Este ano repôs-se o valor das imparidades num valor normal. A nível de cobrança de clientes de dívidas de água, o aumento não foi significativo. Quanto às provisões dos processos judiciais, disse que tinham aprovisionado mais de cem mil euros de processos interpostos pela APA – Agência Portuguesa do Ambiente, sendo que o Município ao longo dos anos foi executando diversas obras, nomeadamente nas Etar's e foi entendimento do Revisor Oficial de Contas que já não se justificava a manutenção dessa provisão, tendo sido eliminada das contas do Município. -----

-----Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Carlos Cunha e do Senhor Presidente da Câmara, quando afirmam que o importante é que os resultados são positivos, o Senhor **Deputado José Miguel Figueiredo** transmitiu que a bancada do PS é exigente e não se contenta com pouco, pois no ano anterior havia uma diferença de novecentos mil euros relativamente ao limite do equilíbrio financeiro e no momento estão a quinze mil euros de cruzar a linha. -----

-----Relativamente à questão dos recursos humanos considera que não ficou esclarecida, porque o Senhor Presidente invoca vários argumentos para as contratações, como também, seguramente, existiriam argumentos nos governos socialistas que justificaram as contratações efetuadas. Portanto, não ficou claro como é que de um ano para o outro há um aumento de um milhão de euros nos custos com o pessoal, o que parece difícil de justificar dada a dimensão do Município. Importa também recordar que a necessidade da prestação de serviços está a diminuir, conforme também diminui a população residente em Celorico da Beira. Até era mais natural que o Município há dez ou quinze anos atrás tivesse mais necessidade, porque a população também era mais elevada. Portanto, um dia terá de haver uma discussão com dados e fundamentada sobre a

questão da contratação, porque é um tema que os preocupa, enquanto deputados, e também preocupa a população. -----

-----No que respeita à questão das provisões referiu que a redução foi de mais de duzentos mil euros, o que não permite compreender qual o critério que levou essa redução. Tanto mais que sabem que houve condenações recentes transitadas em julgado, que não resultaram numa imputação de custos relativamente a esses processos judiciais. Sendo certo que também lhe custa perceber como é que há eliminação de valores a processos judiciais cujo resultado não depende do Município, mas da decisão judicial que vier a ser adotada. Nesse sentido, solicitou, se possível, darem-lhe nota de quais foram os processos judiciais que foram contemplados em termos provisionais para efeitos dos dados apresentados. -----

-----Em relação às águas disse que estando inscritos na prestação de contas duzentos mil euros de dívidas por cobrar quanto ao fornecimento de água, é preocupante, porque cria uma situação de injustiça material em face de quem faz os pagamentos. Também preocupa, essencialmente, por causa da prescrição, uma vez que as dívidas não cobradas e relativas a este fornecimento de serviços prescrevem no prazo de seis meses, havendo o receio de que seja impossível a cobrança de dívidas. Naturalmente o munícipe pode sempre invocar a prescrição do prazo de seis meses, o que torna as dívidas incobráveis.-----

-----Relativamente às águas, a Senhora **Vereadora Teresa Cardoso** esclareceu que houve necessidade de incluir o valor dos autoconsumos, o que contribuiu para o aumento do valor que estava em dívida. Quanto às cobranças em atraso, salvo as situações em que há planos de pagamento, o máximo que têm, neste momento, relativamente aos particulares é um atraso de três meses, o que não vai de encontro ao que o Senhor Deputado José Miguel disse relativamente à prescrição da dívida no prazo de seis meses. Também, da parte do Município, tem havido um esforço no sentido de reduzirem as perdas de água e em tempos contrataram um

serviço de deteção de fugas, de forma a que conseguissem acautelar estas situações. Reforçou que não existe o incumprimento referido pelo Senhor Deputado. -----

-----**Submetidos os documentos de Prestação de Contas de 2023 a votação, a Assembleia Municipal deliberou aprovar os mesmos, por maioria, com vinte e um votos a favor e onze abstenções.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade.*-----

-----**5. 1ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2024**-----

-----Sobre o assunto em título, foi colocada à discussão e aprovação deste Órgão a 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal de 2024, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (4), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão. -----

-----Sobre o assunto, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** clarificou que esta alteração está relacionada com a necessidade de garantir respostas às necessidades dos diversos serviços, nos mais variados âmbitos. Neste caso em específico, existem quatro lugares a tempo indeterminado relacionados com o CLDS 5G – Contrato Local de Desenvolvimento Social que a Câmara assumiu e que obriga a que o pessoal afeto ao projeto seja integrado no quadro de pessoal do Município, visto que o programa tem a duração de quatro anos. A outra situação está relacionada com um lugar de Técnico Superior na área administrativa, porque há carência de Técnicos Superiores neste serviço. -----

-----**Submetida a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com vinte e quatro votos a favor e oito abstenções, aprovar a 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal de 2024.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade.*-----

-----**6. ATRIBUIÇÃO DE SUPLEMENTO DE PENOSIDADE E INSALUBRIDADE, NOS TERMOS DO DECRETO-LEI Nº 93/2021, DE 9 DE NOVEMBRO**-----

-----Sobre o assunto, foi colocada à discussão e aprovação deste Órgão a proposta em título, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (5), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** disse que esta atribuição é uma medida positiva para os assistentes operacionais que desempenham algumas funções com risco de penosidade e insalubridade e que lidam com os resíduos, os cemitérios e quase todo o serviço exterior. Em articulação com o sindicato a Câmara decidiu atribuir dois escalões, sendo o primeiro de 4,99€ e o segundo de 4,09€, tendo em conta o grau de risco e de perigosidade.-----

-----**Submetida a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade.*-----

-----**7. REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DA APAL - ÁGUAS PÚBLICAS EM ALTITUDE, SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE CELORICO DA BEIRA, GUARDA, MANTEIGAS E SABUGAL**-----

-----Sobre o assunto, foi colocada à discussão e aprovação deste Órgão a proposta em título, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata

(6), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** elucidou que, atendendo a que a empresa está prestes a iniciar a sua atividade, há necessidade de dar resposta a uma série de requisitos. Nesse sentido foi determinado que cada Município emprestasse dez mil euros à APAL que seriam reavidos posteriormente, até porque as receitas da empresa advirão precisamente da cobrança da água nos diversos municípios. Por conseguinte há a necessidade de se criar a regulamentação, o quadro de pessoal e o orçamento.-----

-----**Submetido a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com vinte e três votos a favor e quatro abstenções, aprovar o Regulamento de Organização dos Serviços da APAL - Águas Públicas em Altitude, Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento de Celorico da Beira, Guarda, Manteigas e Sabugal.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade.* -----

-----**8. PROPOSTA DE ORÇAMENTO 2024 APAL - ÁGUAS PÚBLICAS EM ALTITUDE, SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE CELORICO DA BEIRA, GUARDA, MANTEIGAS E SABUGAL**-----

-----Sobre o assunto, foi colocada à discussão e aprovação deste Órgão a proposta em título, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (7), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão. -----

-----**Submetida a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com vinte e três votos a favor e quatro abstenções, aprovar o**

Orçamento e as Grandes Opções do Plano, bem como as Normas de Execução Orçamental da APAL – SIM para o ano de 2024.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade. -----

-----**9. REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DA APAL - ÁGUAS PÚBLICAS EM ALTITUDE, SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE CELORICO DA BEIRA, GUARDA, MANTEIGAS E SABUGAL** -----

-----Sobre o assunto, foi colocada à discussão e aprovação deste Órgão a proposta em título, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (8), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão. -----

-----**Submetido a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com vinte e dois votos a favor e cinco abstenções, aprovar o Mapa de Pessoal da APAL - Águas Públicas em Altitude, Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento de Celorico da Beira, Guarda, Manteigas e Sabugal.** -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade. -----

-----**10. PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO E INÍCIO DO EXERCÍCIO DOS FINS ESPECÍFICOS PELA APAL - ÁGUAS PÚBLICAS EM ALTITUDE, SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE CELORICO DA BEIRA, GUARDA, MANTEIGAS E SABUGAL** -----

-----Sobre o assunto, foi colocada à discussão e aprovação deste Órgão a proposta em título, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (9), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão. -----

-----**Submetido a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com vinte e três votos a favor e quatro abstenções, aprovar a data de 1 de junho de 2024 como data de início pela APAL – SIM da prestação dos serviços previstos na Cláusula 3ª do Acordo de Parceria, nos termos nele descritos, bem como aprovar a Minuta do Protocolo de Colaboração.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade.* -----

-----**11. APROVAÇÃO DE SUBSÍDIOS E MINUTA DE PROTOCOLO A CELEBRAR COM AS FREGUESIAS DO CONCELHO DE CELORICO DA BEIRA** -----

-----Sobre o assunto em título, foi colocada à discussão e aprovação deste Órgão os subsídios a atribuir pelo Município de Celorico da Beira, para a prossecução das atribuições e competências próprias das Freguesias e objeto da minuta de protocolo aprovada em reunião de Executivo, realizada em dezoito de abril do corrente ano, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (**10**), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** referiu que, por uma questão de razoabilidade e de prudência, decidiram manter as verbas para as Freguesias no valor de cem mil euros, com o objetivo de que as Juntas de Freguesia utilizem essa verba no âmbito das limpezas urbanas e dos caminhos. Na prática, ninguém conhece melhor a sua localidade do que os Presidentes de Junta para saberem onde aplicar esse subsídio. -----

-----**Submetido o assunto a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar os subsídios a atribuir pelo**

Município de Celorico da Beira, para a prossecução das atribuições e competências próprias das Freguesias e objeto da minuta de protocolo a celebrar entre a Câmara Municipal e as Freguesias do Concelho de Celorico da Beira. -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade.* -----

-----**12. DELIBERAÇÃO PARA CONSTITUIÇÃO E PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE FINS ESPECÍFICOS DO PARQUE NATURAL DA SERRA DA ESTRELA**-----

-----Sobre o assunto, foi colocada à discussão e aprovação deste Órgão a proposta em título, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (11), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** comunicou que foi vontade dos seis Municípios do Parque Natural da Serra da Estrela, Gouveia, Covilhã, Guarda, Manteigas, Seia e Celorico da Beira, constituir uma Comissão para a gestão do dinheiro que foi aprovado no último Conselho de Ministros, para responder à calamidade dos incêndios na Serra da Estrela. O montante ronda os cento e cinquenta e cinco milhões para a CIMBSE no seu todo e uma parte, cerca de cinquenta e cinco milhões, está associada a projetos transversais para os municípios que fazem parte da CIMBSE. Aos seis Municípios da Serra da Estrela estão associados cerca de cem milhões. Adiantou, ainda que a criação desta Comissão constituída pelos seis Municípios do Parque Natural da Serra da Estrela carece, igualmente, da aprovação da CIMBSE. -----

-----**Submetido o assunto a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a participação do Município de Celorico da Beira na “Associação de Municípios do Parque Natural da**

Serra da Estrela”, nos termos e para os efeitos do artigo 25º, do nº 1, alínea u), e artigo 108º, nº 1 e 2, todos do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade. -----

-----**13. PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE COMODATO ENTRE O MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA E A JUNTA DE FREGUESIA DE FORNOTELHEIRO** -----

-----Foi presente para conhecimento da Assembleia Municipal, a proposta em epígrafe, referente ao Contrato de Comodato da Escola Básica de 1º Ciclo de Fornotelheiro celebrado entre o Município de Celorico da Beira e a Junta de Freguesia do Fornotelheiro. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** disse que este é um procedimento normal que tem acontecido com outras Juntas de Freguesia e Associações, em que solicitam um contrato de comodato para as escolas que estão sob a alçada da Câmara Municipal. Neste caso, por solicitação da Junta de Freguesia do Fornotelheiro foi cedido o edifício da Escola Primária. -----

-----**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.** -----

-----Finalizada a ordem de trabalhos e nada mais havendo a tratar, a sessão foi dada por encerrada pela Senhora Presidente da Mesa da Assembleia, eram vinte e uma horas, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia. -----

----- A Presidente da Mesa -----

----- O Primeiro Secretário -----

-----O Segundo Secretário -----
